

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 3 – Número 112 – 16/09 a 20/09/2019

Sumário

- ✘ *Destaque da Semana*
- ✘ *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- ✘ *Notícias do Executivo*
- ✘ *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- ✘ *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- ✘ *Outras Notícias*
- ✘ *Atos Normativos*
- ✘ *Dados Estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Bolsonaro sanciona MP que flexibiliza regras trabalhistas](#)

Consultor Jurídico - 20/09/2019

O presidente Jair Bolsonaro sancionou nesta sexta-feira (20/9) a Medida Provisória da Liberdade Econômica (MP 881/2019). Aposta do governo para reduzir a burocracia para a iniciativa privada, a MP já entrou em vigor com a publicação de edição extra do Diário Oficial da União. O [texto](#) aprovado flexibiliza regras trabalhistas, como dispensa de registro de ponto para empresas com até 20 empregados, e elimina alvarás para atividades consideradas de baixo risco.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)

SEST
PELO FUTURO DO TRABALHO

CBIC



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Ação ajuizada três anos após a morte de empregado é extinta](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/09/2019

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho considerou prescrita a pretensão ao pagamento de indenização da família de um leiturista da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) vítima de acidente de trabalho. A ação foi ajuizada mais de três anos após a morte do empregado e, de acordo com a jurisprudência do TST, o prazo prescricional aplicável é de dois anos.

[Acordo histórico marca a abertura da 9ª Semana Nacional da Execução Trabalhista](#)

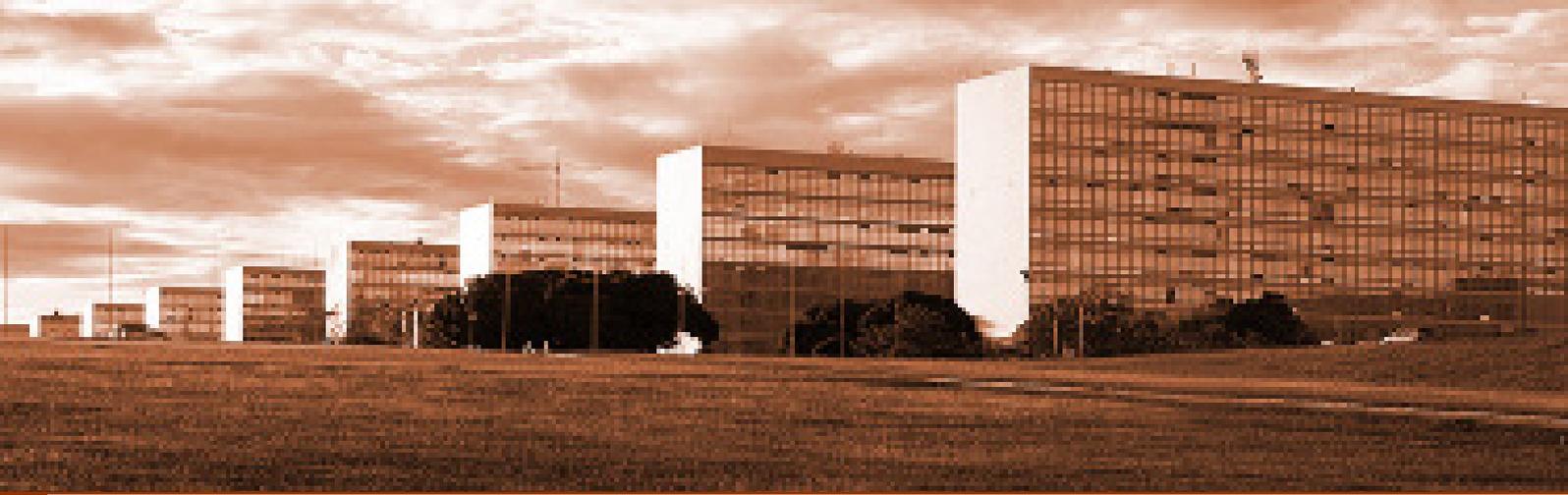
Tribunal Superior do Trabalho - 17/09/2019

A cerimônia de abertura da 9ª Semana Nacional da Execução Trabalhista, realizada nesta terça-feira (17) no Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (MS), foi marcada pela assinatura de um acordo histórico que vai beneficiar mais de 5 mil pessoas. O acordo, assinado pela Sinopec Petroleum do Brasil (devedora principal) e pelas garantidoras Winland International Petroleum e Tiptop Luxembourg, representa a solução imediata de quase 1,4 mil processos.

[Realização de perícia para verificar insalubridade é obrigatória mesmo que não haja pedido](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/09/2019

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou a realização de perícia técnica para apuração da insalubridade na reclamação trabalhista de uma operadora de produção da BRF S.A. Ao dar provimento ao recurso da empresa, a Turma assinalou que, para a caracterização da insalubridade na atividade de trabalho, é “imprescindível e imperativa” a avaliação do perito.



Notícias do Executivo

[Reunião do Brics debate desafios do trabalho](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 19/09/2019

A 5ª Reunião de ministros do Trabalho e Emprego do Brics discutiu nesta quinta-feira (19) as oportunidades e desafios conjuntos que Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul precisam enfrentar diante da acelerada mudança do universo trabalhista que ocorre em nível global. Representantes de empregados e empregadores manifestaram as expectativas e as preocupações de seus países em relação, sobretudo, às oportunidades de trabalho diante dos avanços tecnológicos.

[Em reunião com ministros do Brics, Marinho defende liberdade sindical](#)

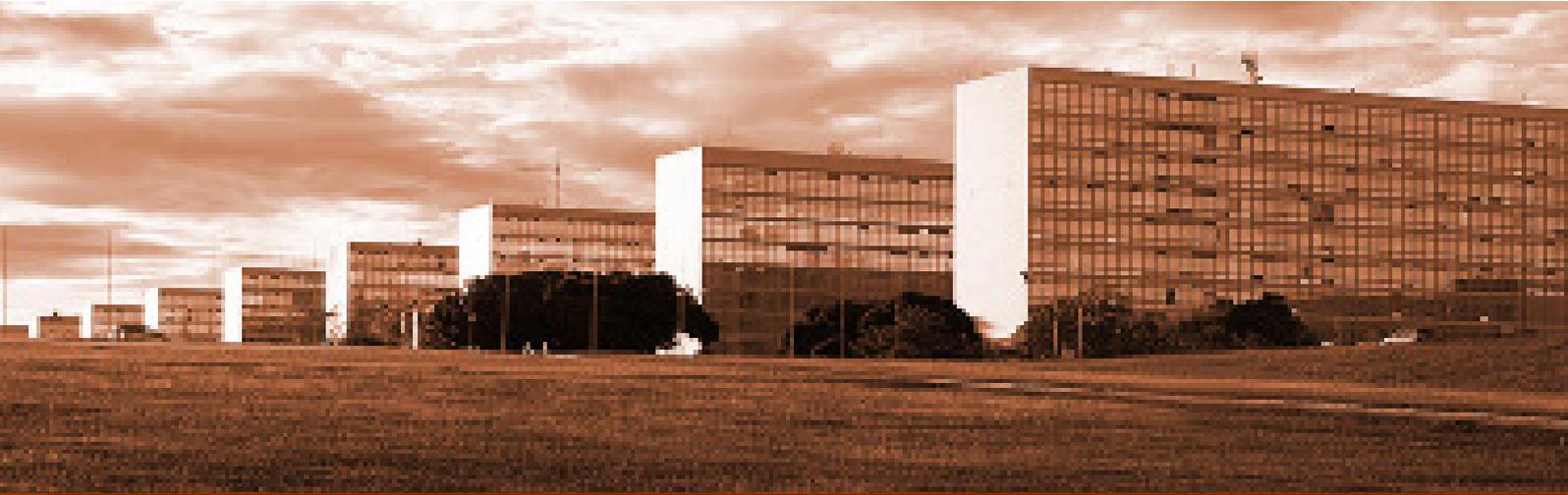
Ministério da Economia (Trabalho) - 19/09/2019

O secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, defendeu nesta quinta-feira (19) um sistema sindical com maior liberdade, representação e equilíbrio para trabalhadores e empresários. Em discurso na abertura da Reunião de Ministros do Trabalho e Emprego do Brics, em Brasília, ele reforçou a necessidade de um Estado menos burocrático e com maior segurança jurídica para todos.

[Modernização trabalhista brasileira é destaque em reunião do Brics](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 16/09/2019

O Brasil está realizando atualmente uma grande força-tarefa para estimular o mercado de trabalho e gerar mais empregos, ressaltou nesta segunda-feira (16) o secretário de Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Dalcomo. Neste primeiro dia de atividades do Grupo de Trabalho sobre Emprego do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), Dalcomo destacou que ações como o processo de atualização das regras que regulam o universo trabalhista nacional e a tramitação da Nova Previdência são iniciativas conduzidas pelo governo para melhorar o ambiente de negócios e de trabalho no país, gerando



Notícias do Executivo

resultados positivos para trabalhadores e empregadores.

[Seguridade Social universal e sustentável é desafio para países, diz subsecretário](#)

Ministério da Economia (Previdência) - 20/09/2019

O subsecretário do Regime Geral de Previdência Social da Secretaria de Previdência, Rogério Nagamine, disse nesta sexta-feira (20), em Brasília, que a universalidade e a sustentabilidade da seguridade social são desafios para todos os países. Ele falou no último dia da 5ª Reunião de Ministros do Trabalho e Emprego do BRICS, destacando que o governo brasileiro tem se empenhado para garantir que o sistema previdenciário seja mais justo, sustentável e equilibrado – nos termos da proposta de emenda à Constituição (PEC) da Nova Previdência, em análise no Senado.

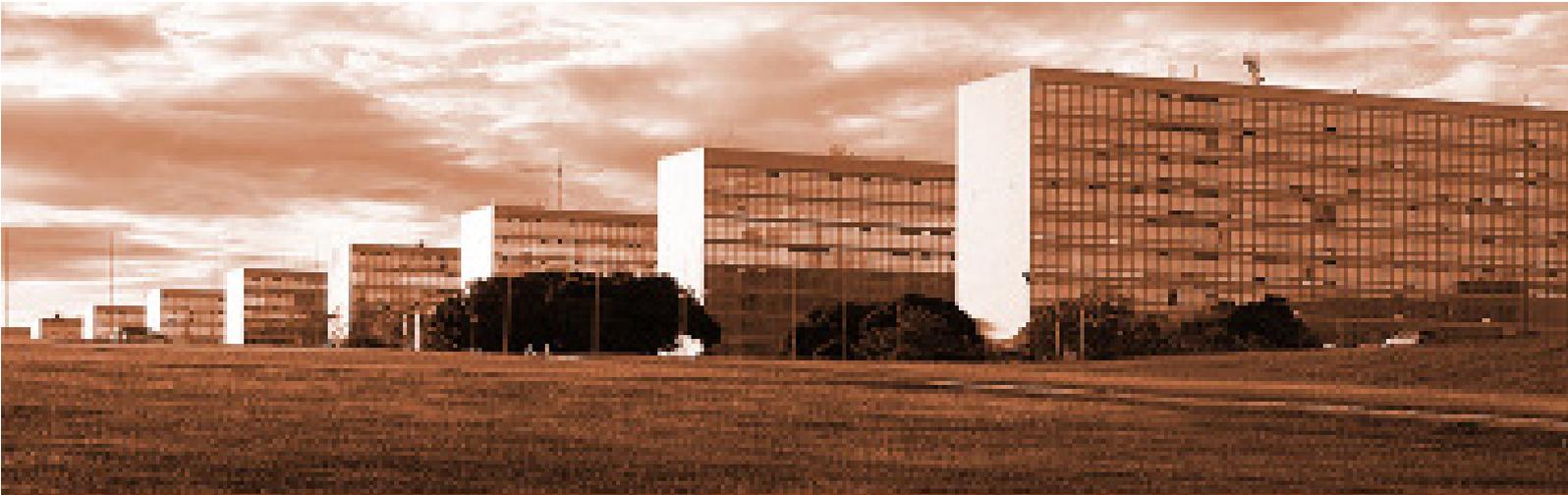
[Seminários em nanotecnologia abordam as interações entre direito, tecnologia e meio ambiente](#)

Fundacentro - 20/09/2019

A XVI edição do Seminário Internacional Nanotecnologia, Sociedade e Meio ambiente (Seminanosoma), junto com o I Seminário Internacional de Nanotecnologia, Desenvolvimento e Trabalho 4.0 (I Senano), acontecem simultaneamente, com o objetivo de difundir conhecimento sobre os riscos e os desafios da nanotecnologia e outras tecnologias, para os campos do Direito, Saúde e Segurança do Trabalhador, Meio Ambiente, da governança de riscos e do engajamento público em ciência e tecnologia. O evento que acontece de 26 a 29 de novembro de 2019, na sede da Procuradoria Regional do Trabalho – PRT 2ª Região, em São Paulo-SP.

[Profissionais discutem riscos de gases no ambiente de trabalho](#)

Fundacentro - 20/09/2019



Notícias do Executivo

Mais uma vez a Fundacentro teve o auditório lotado para discutir aspectos da segurança química. Nos dias 19 e 20 de setembro, ocorreu o Seminário sobre Segurança com GLP, GNV, Monóxido de Carbono e Gases Industriais no auditório da instituição em São Paulo/SP. O evento teve a coordenação do engenheiro químico e de segurança Fernando Sobrinho, tecnologista da Fundacentro há 32 anos, que considerou proveitosos a troca de informações e aprendizado proporcionados.

[Audiências Públicas sobre NRs: notícias, vídeos e repercussões](#)

Fundacentro - 18/09/2019

A Secretaria do Trabalho, a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho – SIT e a Fundacentro realizaram audiências públicas sobre as Normas Regulamentadoras 7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), 9 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, que passará a se chamar Agentes Ambientais) e 17 (Ergonomia) nos dias 10 e 11 de setembro em São Paulo/SP. Também se debateu a criação do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR. Os textos propostos estão em [consulta pública até 28 de setembro](#).

[Fundacentro disponibiliza depoimentos de especialistas sobre revisão das NR's](#)

Fundacentro - 17/09/2019

Nos dias 10 e 11 de setembro, a Fundacentro juntamente com a Secretaria do Trabalho e a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho – (SIT) realizaram audiências públicas sobre as Normas Regulamentadoras 7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), 9 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e 17 (Ergonomia), no auditório Edson Hatem, em São Paulo/SP. De acordo com especialistas, representantes governamentais, de trabalhadores e de empregadores presentes no evento, durante os dois dias de apresentações proporcionaram discussões frutíferas no que se refere a estabelecer critérios sobre as normas regulamentadoras, sobretudo segurança e saúde no trabalho.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT promove ações de conscientização e inclusão de pessoas com deficiência](#)

Ministério Público do Trabalho - 19/09/2019

O Ministério Público do Trabalho (MPT) vem promovendo, ao longo desta semana, ações voltadas para os direitos trabalhistas das pessoas com deficiência (PcDs). Os eventos, que estão sendo realizados em diversos estados pelas procuradorias regionais, são por ocasião do Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência – 21 de setembro. O destaque à temática é essencial, considerando que subsistem ainda hoje problemas nesta área, como o cumprimento insuficiente da cota legal para PcDs no Brasil: de um total de 756.054 vagas que deveriam ser destinadas a pessoas com deficiência em 2017, apenas 47,71% foram ocupadas por estes trabalhadores.

[Coordenadorias nacionais têm novos integrantes](#)

Ministério Público do Trabalho - 17/09/2019

As oito coordenadorias nacionais do Ministério Público do Trabalho (MPT) ganharam novos titulares. Os novos coordenadores e vice-coordenadores nacionais assumiram o cargo durante solenidade realizada nesta terça-feira (17), na Procuradoria-Geral do Trabalho (PGT), em Brasília. Ao discursar em nome dos novos representantes, a coordenadora nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho (Codemat), procuradora regional Márcia Kamei López Aliaga, destacou a evolução e o crescimento do MPT ao longo de 20 anos na instituição.

Auditor Fiscal do Trabalho

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Estudo da Universidade Federal da Bahia mostra taxa de suicídio maior entre trabalhadores rurais](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 16/09/2019

[Estudo divulgado pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia – ISC/UFBA](#) mostra que a taxa de suicídios é maior entre trabalhadores rurais. O levantamento procurou analisar a correlação dessa taxa com o tipo de trabalho exercido e joga luz sobre os impactos do trabalho sobre a saúde mental. A discussão ganha vulto no mês dedicado à prevenção do suicídio no País, o Setembro Amarelo. Os trabalhadores da indústria registraram a segunda maior taxa de suicídio no País, a que mais cresceu no período. Em 2007, a taxa entre os industriários foi de 10,8 por 100 mil habitantes, passando para 14,2 em 2015. Isso equivale a um crescimento de 30% na mortalidade por suicídio.



Outras Notícias

[TRT-6 valida demissão de cipeiro que pegou atestado e foi pular Carnaval](#)

Consultor Jurídico - 21/09/2019

Um cipeiro que pega atestado médico e vai para as ruas de Salvador pular em blocos no Carnaval pode ser demitido por justa causa. Foi o entendimento da 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, que confirmou decisão de primeiro grau.

[INSS deve custear afastamento de mulher ameaçada de violência doméstica](#)

Consultor Jurídico - 18/09/2019

Cabe ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) arcar com a subsistência da mulher que tiver de se afastar do trabalho para se proteger de violência doméstica. Isso porque, diz decisão da 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, tais situações ofendem a integridade física ou psicológica da vítima e são equiparáveis à enfermidade da segurada, o que justifica o direito ao auxílio-doença, até mesmo porque a Constituição prevê que a assistência social será prestada a quem dela precisar, independentemente de contribuição. A tese foi levada ao STJ pela Defensoria Pública de São Paulo.

[Registro de acidentes de trabalho é competência privativa da União, decide STF](#)

Consultor Jurídico - 17/09/2019

Em julgamento virtual, os ministros do Supremo Tribunal Federal invalidaram a Lei 7.524/2017 do estado do Rio de Janeiro, que obrigava o registro policial de acidentes de trabalho que causassem lesão ou morte de trabalhador. A sessão aconteceu entre os dias 16 e 22 de agosto. Por unanimidade, os ministros seguiram voto do relator, ministro Luiz Edson Fachin. Para ele, a norma ofende a regra de competência privativa da União para legislar sobre Direito Processual e Direito do Trabalho.



Atos Normativos

[RESOLUÇÃO CFM N° 2.232, DE 17 DE JULHO DE 2019](#) (DOU de 16/09/2019 Seção I Pág. 113) - Estabelece normas éticas para a recusa terapêutica por pacientes e objeção de consciência na relação médico-paciente;

[RESOLUÇÃO CFP N° 18, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019](#) (DOU de 16/09/2019 Seção I Pág. 114) - Reconhece a Avaliação Psicológica como especialidade da Psicologia e altera a Resolução CFP n° 13, de 14 de setembro de 2007, que institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia;

[INSTRUÇÃO PREVIC N° 17, DE 13 DE SETEMBRO DE 2019](#) (DOU de 17/09/2019 Seção I Pág. 32) - Cria a Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem - CMCA da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc em substituição à Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem para atender ao disposto nas Leis n° 13.129, de 26 de maio de 2015 e n° 13.140, de 26 de junho de 2015, e aprova o seu regulamento;

[CIRCULAR CEF N° 874, DE 16 DE SETEMBRO DE 2019](#) (DOU de 17/09/2019 Seção I Pág. 37) - Define o prazo para que os Agentes Financeiros apresentem solicitação de recursos e demais documentações para o exercício de 2020 e dispõe sobre a revogação da Circular CAIXA n° 852/2019, de 14 de fevereiro de 2019;

[RESOLUÇÃO CMPT N° 169, DE 8 DE AGOSTO DE 2019](#) (DOU de 17/09/2019 Seção I Pág. 75) - Dispõe sobre o Termo de Adequação de Conduta Funcional no âmbito do Ministério Público do Trabalho;

[LEI N° 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019](#) (DOU de 20/09/2019 Ed. Extra Pág. 01) - Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nos 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015,



Atos Normativos

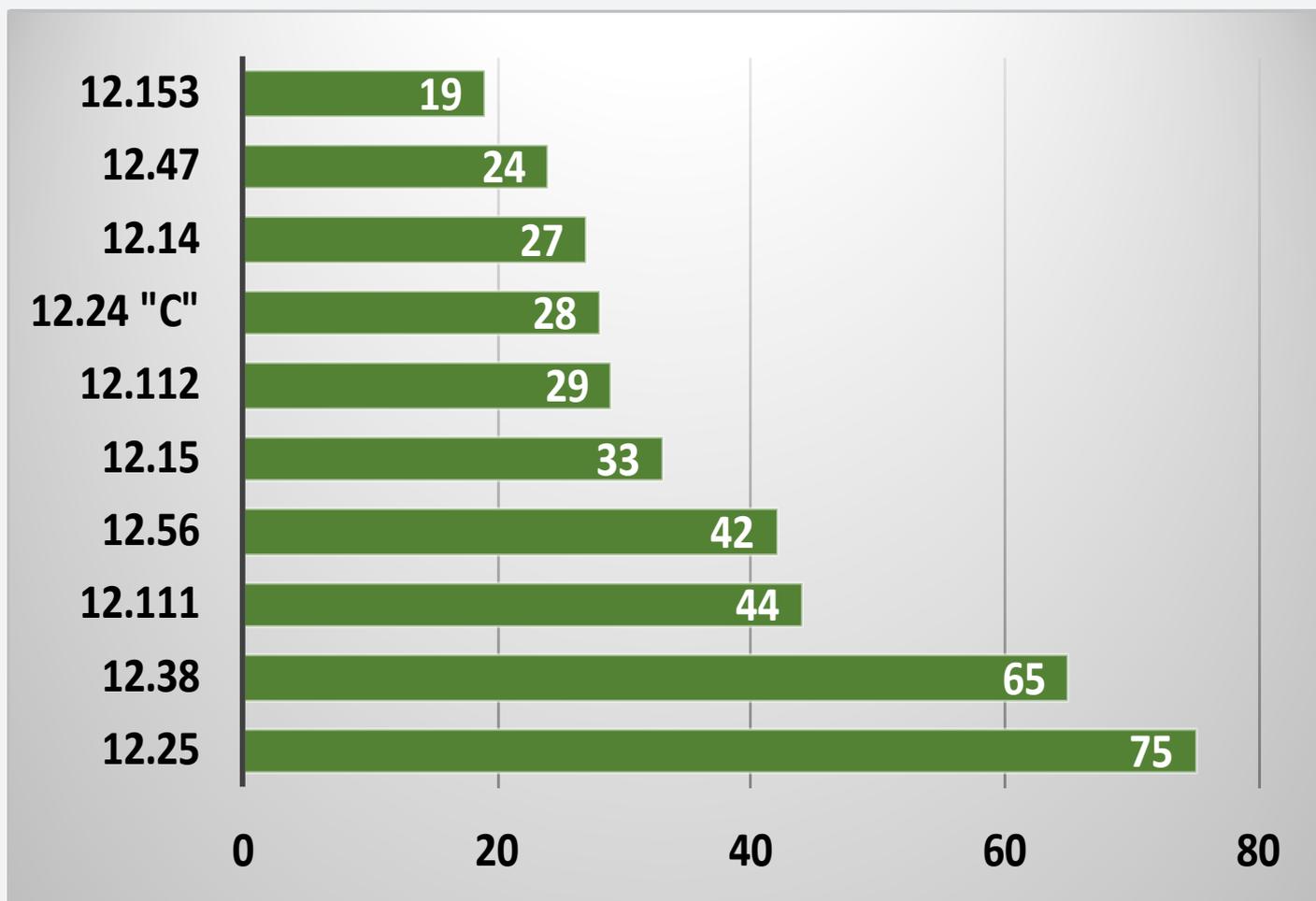
, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências;

[DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA](#) (DOU de 20/09/2019 Ed. Extra Pág. 04) - Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2019 (MP nº 881/19), que "Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências".



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens da Norma Regulamentadora n.º 12 (Segurança em Máquinas e Equipamentos) mais capitulados como “Embargo” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no período de 2012 a 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Dados estatísticos de Fiscalização

Embargo: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram utilizados para paralisar as atividades dos canteiros de obra da Indústria da Construção por ter sido caracterizado “grave e iminente risco” a segurança e a saúde dos trabalhadores, durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações”, “autuações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 – Levantamento de Interdição.

12.25. Os comandos de partida ou acionamento das máquinas devem possuir dispositivos que impeçam seu funcionamento automático ao serem energizadas.

12.38. As zonas de perigo das máquinas e equipamentos devem possuir sistemas de segurança, caracterizados por proteções fixas, proteções móveis e dispositivos de segurança interligados, que garantam proteção à saúde e à integridade física dos trabalhadores.

12.111. As máquinas e equipamentos devem ser submetidos à manutenção preventiva e corretiva, na forma e periodicidade determinada pelo fabricante, conforme as normas técnicas oficiais nacionais vigentes e, na falta destas, as normas técnicas internacionais.

12.56. As máquinas devem ser equipadas com um ou mais dispositivos de parada de emergência, por meio dos quais possam ser evitadas situações de perigo latentes e existentes.

12.15. Devem ser aterrados, conforme as normas técnicas oficiais vigentes, as instalações, carcaças, invólucros, blindagens ou partes condutoras das máquinas e equipamentos que não façam parte dos circuitos elétricos, mas que possam ficar sob tensão.

12.112. As manutenções preventivas e corretivas devem ser registradas em livro próprio, ficha ou sistema informatizado, com os seguintes dados:

12.24. Os dispositivos de partida, acionamento e parada das máquinas devem ser projetados, selecionados e instalados de modo que:

c) impeçam acionamento ou desligamento involuntário pelo operador ou por qualquer outra forma acidental;

12.14. As instalações elétricas das máquinas e equipamentos devem ser projetadas e mantidas de modo a prevenir, por meios seguros, os perigos de choque elétrico, incêndio, explosão e outros tipos de acidentes, conforme previsto na NR 10.

12.47. As transmissões de força e os componentes móveis a elas interligados, acessíveis ou expostos, devem possuir proteções fixas, ou móveis com dispositivos de intertravamento, que impeçam o acesso por todos os lados.

12.153. O empregador deve manter inventário atualizado das máquinas e equipamentos com identificação por tipo, capacidade, sistemas de segurança e localização em planta baixa, elaborado por profissional qualificado ou legalmente habilitado.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico